MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 17.796 RIO DE JANEIRO

RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECLTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECLDO.(A/S)	: SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: RODOLFO KRONEMBERG HARTMANN
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO: Trata-se de reclamação, com pedido de medida liminar, **na qual se sustenta** que o ato ora questionado – **emanado** da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro (**Processo** nº 0005525-18.2012-4.02.5151/01) – **teria usurpado** a competência originária dessa Corte Suprema prevista no art. 102, I, "**n**", da **CF**, ao apreciar a questão relativa ao "***interesse de todos*** *os membros da magistratura federal*" (**grifei**).

A decisão **ora questionada** nesta sede reclamatória **restou** assim fundamentada:

> "***MAGISTRADO FEDERAL. DIREITO AO RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MORADIA. ARTIGO 65, INCISO II, DA LEI COMPLEMENTAR 35/1979 (LOMAN), COMBINADA COM ARTIGO 52 DA LEI 5.010/1966 E ARTIGO 60-A DA LEI 8.112/1990. DESNECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO. POR LEI DO AUXÍLIO, MORADIA. RESOLUÇÕES DO STF, CNJ, CJF DISPONDO SOBRE O ASSUNTO PARA PAGAMENTO AOS JUÍZES AUXILIARES DESTES ÓRGÃOS. PEDIDO DO MAGISTRADO AQUÉM DAQUILO DE DIREITO, REQUER APENAS O RESSARCIMENTO DOS GASTOS EFETUADOS COM MORADIA. CONTRATAÇÃO DE ALUGUEL EM***

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 5941337.

ITAPERUNA COMPROVADO POR CONTRATO DE LOCAÇÃO: DIREITO AO RESSARCIMENTO INDEPENDENTEMENTE DA COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO MÊS-A-MÊS DA DESPESA, QUE GERA CRÉDITO AO LOCADOR EM CASO DE MORA. *RECURSOS* ***CONHECIDOS, PARCIALMENTE PROVIDO O DO AUTOR DA DEMANDA E IMPROVIDO O DA RÉ.***

1. MAGISTRADO FEDERAL TEM DIREITO AO RESSARCIMENTO DE DESPESAS EFETUADAS COM MORADIA *A TEOR DO ARTIGO 65, II, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 35/1979, BEM COMO DO ARTIGO 52 DA LEI Nº 5.010/1966, COMBINADO COM O ARTIGO 60-A DA LEI Nº.8.112/1990, EM ALTERNATIVA AO RECEBIMENTO DO AUXÍLIO-MORADIA, REGULAMENTADO PARA PARADIGMAS COM ATUAÇÃO JUNTO AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, CONFORME RESOLUÇÕES 413/2009; 251/2008 E 50/2009, RESPECTIVAMENTE.*

2. DESNECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR POR LEI ORDINÁRIA*, QUE SE MOSTRA ÓBVIA PELO CUMPRIMENTO DO PRECEITO LEGAL PELA EDIÇÃO DAS RESOLUÇÕES DA INSTÂNCIA MÁXIMA DA JUSTIÇA, GUARDIÃ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ASSIM COMO DOS ÓRGÃOS MÁXIMOS DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ORÇAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO E DA JUSTIÇA FEDERAL.*

3. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ORDINÁRIO DO 3º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO*, UMA VEZ QUE SE TRATA DE DIREITO INDIVIDUAL, ESPECÍFICO DA PARTE AUTORA.*

4. FUNDAMENTO OFENSIVO DE FORMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA PELOS EMÉRITOS JUÍZES DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E TURMAS RECURSAIS*, QUE NEGA AOS MAGISTRADOS O SERVIÇO ESTATAL DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, E QUE FAZ RETUMBAR A*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 5941337.

PERGUNTA SE NOS PLEITOS DE ADVOGADOS DA UNIÃO NÃO SE DARIA A MESMA SITUAÇÃO.

***5. MAGISTRADO REMOVIDO A ITAPERUNA EM 14/03/2011**, SOMENTE A PARTIR DE 05/04/2011 REQUER RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM MORADIA CONTRATADA POR LOCAÇÃO JUNTO A PPP HOTEL MARTINS DE ITAPERUNA LTDA., EM QUE PERMANECEU POR TRÊS MESES ATÉ NOVA REMOÇÃO PARA ANGRA DOS REIS EM 12/07/2011 (FLS. 12/13 E 32).*

***6. DIREITO AO RESSARCIMENTO DAS DESPESAS DE ITAPERUNA INDEPENDENTEMENTE DA COMPROVAÇÃO DO EFETIVO PAGAMENTO**, UMA VEZ QUE O CONTRATO O OBRIGA PERANTE O LOCADOR, SENDO A SUA PONTUALIDADE OU MORA ASSUNTO PRIVADO ENTRE AS PARTES CONTRATANTES, PODENDO SER OBJETO DE EVENTUAL AÇÃO DE COBRANÇA EM CASO DE INADIMPLÊNCIA.*

***7. DESPESAS COM LOCAÇÃO EM ANGRA DOS REIS ACOLHIDAS EM SENTENÇA**, QUE NÃO FORAM OBJETO DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA PELO RECURSO DA RÉ.*

***8. DESPESAS COM PAGAMENTO DE TAXA DE INCÊNDIO E ENERGIA NÃO DEVEM SER ACOLHIDAS**, PORQUANTO ALÉM DO ESPECTRO DO CONCEITO DE MORADIA.*

***9. EMBORA A SENTENÇA TRATE A TODO TEMPO DAS DESPESAS EFETUADAS PELO MAGISTRADO**, NO DISPOSITIVO TRATA DE AJUDA DE CUSTO, DEVENDO SER REFORMADOS OS FUNDAMENTOS DAQUELA PARA QUE LHE SEJAM PAGOS A TÍTULO DE RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MORADIA, TAL QUAL PEDIDO NA INICIAL E FUNDAMENTADO EM LEIS E RESOLUÇÕES ANTERIORMENTE TRATADAS.*

***10. RECURSOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDO O DO AUTOR DA DEMANDA E IMPROVIDO O DA RÉ**, PARA DETERMINAR O RESSARCIMENTO DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), A TÍTULO DE DESPESAS COM*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 5941337.

> *MORADIA EM ITAPERUNA, E DE R$ 19.200,00 (DEZENOVE MIL E DUZENTOS REAIS), A TÍTULO DE DESPESAS COM MORADIA EM ANGRA DOS REIS, CORRIGIDOS MONETARIAMENTE MÊS-A-MÊS E ACRESCIDOS DE JUROS DE MORA NA FORMA CONSOLIDADA NO MANUAL DE CÁLCULOS DO CJF.*" (**grifei**)

A União Federal **alega** que o órgão judiciário em questão **teria** incidido em comportamento **usurpador** da competência desta Suprema Corte, **sustentando**, em síntese, o que se segue:

> "***No presente caso***, *a reclamação é cabível para preservar a competência originária do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, I, 'n', da Constituição Federal de 1988, que assim dispõe:*
>
> > '***Art. 102.*** *Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:*
> > ***I*** *– processar e julgar, originariamente:*
> > ***n****) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;' (...)*
>
> ***Nessa linha de entendimento***, *a decisão prolatada pelo juízo reclamado não se coaduna com o que foi determinado pelo Plenário dessa Corte Excelsa na Questão de Ordem na Ação Originária nº 1.569/DF, na qual expressamente foi reconhecida a competência originária do STF, em acórdão assim ementado:*
>
> > '***COMPETÊNCIA – AÇÃO ORDINÁRIA – ALÍNEA 'N' DO INCISO I DO ARTIGO 102 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL****. Incide a norma constitucional uma vez envolvida matéria de interesse de toda a magistratura federal.' (**AO 1569 QO**, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 24/06/2010, DJe 27-08-2010 – ...)*
> > *….....*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 5941337.

> ***Assim***, *compreendeu essa Suprema Corte que lhe competiria, originariamente, o processo e julgamento de causa que discuta a ajuda de custo paga na remoção/promoção de magistrado, sob o fundamento de que o art. 65, I da LOMAN (LC nº 35/79) seria 'aplicável a toda a magistratura'.*
>
> ***No presente caso***, *que cuida do pagamento de auxílio-moradia, deve-se aplicar o mesmo entendimento quanto à ajuda de custo decorrente de remoção, visto que tal beneficio interessa, ao menos indiretamente, a toda a magistratura federal.*
>
> ***Saliente-se que***, *para configurar a hipótese de competência originária prevista na referida norma, não é necessário que os direitos ou vantagens sejam exclusivos da magistratura, como, no caso, a ajuda de custo para fins de moradia.*
>
> ***Isso porque a verba de auxílio-moradia*** *– à semelhança da ajuda de custo para remoção de magistrado – denota interesse direto de toda a magistratura, razão pela qual a causa não deve ser processada em primeiro grau de jurisdição e suba a essa Suprema Corte apenas em sede recursal, cuja cognição é muito mais restrita e limitada que se fosse processada, originariamente, nesse Tribunal Supremo.*
>
> ***O fato de os membros do Ministério Público***, *dos Tribunais de Contas e de outras carreiras também terem direito, em tese, ao referido benefício não afasta a competência dessa Suprema Corte no presente caso, visto que são agentes públicos regidos por diplomas normativos diferentes.*" (**grifei**)

Passo a apreciar, *preliminarmente*, **a admissibilidade**, *ou não*, **no caso ora em exame**, da utilização do instrumento reclamatório.

A reclamação, *qualquer que seja a natureza que se lhe atribua* – **ação** (PONTES DE MIRANDA, "**Comentários ao Código de Processo Civil**", tomo V/384, Forense), **recurso ou sucedâneo recursal** (MOACYR AMARAL SANTOS, **RTJ** 56/546-548; ALCIDES DE MENDONÇA LIMA, "**O Poder Judiciário e a Nova Constituição**", p. 80, l989, Aide), **remédio incomum** (OROSIMBO NONATO, "*apud*" Cordeiro de Mello,

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 5941337.

"**O Processo no Supremo Tribunal Federal**", vol. 1/280), **incidente processual** (MONIZ DE ARAGÃO, "**A Correição Parcial**", p. 110, 1969), **medida de direito processual constitucional** (JOSÉ FREDERICO MARQUES, "**Manual de Direito Processual Civil**", vol. 3º, 2ª parte, p. 199, item n. 653, 9ª ed., l987, Saraiva) **ou medida processual de caráter excepcional** (**RTJ 112/518-522**, Rel. Min. DJACI FALCÃO) –, **configura instrumento de extração constitucional**, *não obstante a origem pretoriana de sua criação* (**RTJ** 112/504), **destinado a viabilizar**, na concretização de sua **dupla** função de ordem político-jurídica, **a preservação da competência** do Supremo Tribunal Federal, *de um lado*, **e a garantia** da autoridade de suas decisões, *de outro* (**CF**, art. 102, I, "**l**"), **consoante tem enfatizado** a jurisprudência desta Corte Suprema (**RTJ 134/1033**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*).

No caso presente, a discussão da matéria **situa-se**, *precisamente*, **no plano** da preservação da competência do Supremo Tribunal Federal.

Tenho para mim que o exame da postulação deduzida nesta sede processual **não permite** que se vislumbre, **na espécie dos autos**, a configuração de situação legitimadora da utilização da via reclamatória, **pois** o ato ora impugnado **não se subsume** à hipótese referida no art. 102, I, "**l**", da Constituição (**usurpação** de competência do Supremo Tribunal Federal) e que, *caso ocorrente*, **justificaria** a instauração do juízo reclamatório (**RTJ 166/785**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Impende registrar, *por necessário*, que a regra **inscrita** no art. 102, I, "**n**", da Constituição, **para viabilizar** o reconhecimento da competência originária desta Suprema Corte, **impõe que se configure**, *em cada caso ocorrente*, **além da existência** de interesse, direto **ou** indireto, de "*(...)* ***todos os membros*** *da magistratura (...)*", **também** *o caráter exclusivo do direito por eles vindicado.*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 5941337.

É que, *como se sabe*, **a jurisprudência** que esta Corte **firmou** em tema de aplicabilidade da regra de competência **consubstanciada** no art. 102, I, "**n**", *primeira parte*, da Constituição Federal **supõe**, *para incidir*, **a existência** *de interesse exclusivo* da magistratura.

Desse modo, ao fixar o sentido **e** o alcance da regra constitucional inscrita no art. 102, I, "**n**", da Carta Política, esta Suprema Corte **delimitou-lhe**, *em sucessivos pronunciamentos*, **o âmbito** de sua incidência **e** aplicabilidade, **ressaltando** *que falecerá competência originária* ao Supremo Tribunal Federal, **sempre** que o objeto da causa **não envolver** direitos, interesses **ou** vantagens que digam respeito, *unicamente*, à própria Magistratura (**RTJ 128/475**, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI – **RTJ 138/3**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **RTJ 138/11**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **RTJ 144/349**, Rel. Min. MOREIRA ALVES – **RTJ 147/179**, Rel. p/ o acórdão Min. ILMAR GALVÃO – **RTJ 164/840**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AO 662-MC/PE**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AO 955--AgR/ES**, Rel. Min. ELLEN GRACIE – **AO 1.635-TA/MS**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AO 1.651-TA/ES**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AO 1.688/SC**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – **AO 1.775/DF**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI):

> "***SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA*** *(**CF**, ART. 102, I, 'N')* – ***NORMA DE DIREITO ESTRITO*** *–* ***MAGISTRADOS QUE PRETENDEM*** *A PERCEPÇÃO DO ADICIONAL DE 1/3 SOBRE OS DOIS PERÍODOS ANUAIS DE FÉRIAS A QUE FAZEM JUS – VANTAGEM* ***QUE NÃO É EXCLUSIVA*** *DA MAGISTRATURA – AÇÃO AJUIZÁVEL* ***EM PRIMEIRA INSTÂNCIA*** *–* ***INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA*** *DO STF –* ***AGRAVO IMPROVIDO****.*
>
> *–* ***A jurisprudência*** *do Supremo Tribunal Federal –* ***tendo presente*** *a interpretação dada ao preceito constante do art. 102, I, '**n**', da Constituição (**RTJ** 128/475 – **RTJ** 138/3 – **RTJ** 138/11) –* ***firmou-se*** *no sentido* ***de não reconhecer*** *a competência originária desta Corte,* ***sempre*** *que a controvérsia envolver vantagens, direitos ou interesses* ***comuns*** *à*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 5941337.

> *magistratura* ***e a outras*** *categorias funcionais.*
>
> *– O direito reclamado –* ***analisado*** *na perspectiva do estatuto jurídico pertinente à Magistratura –* ***não tem*** *qualquer conotação de natureza corporativo-institucional (****pois é também titularizado*** *pelos representantes do Ministério Público* ***e*** *membros integrantes dos Tribunais de Contas)* ***e não se restringe****, por isso mesmo,* ***apenas*** *àqueles que estejam investidos no desempenho de cargos judiciários.*
>
> *–* ***Enquanto houver um único*** *Juiz* ***capaz*** *de decidir a causa* ***em primeira*** *instância,* ***não será lícito deslocar****, para o Supremo Tribunal Federal,* ***com apoio*** *no art. 102, I, '****n****', da Constituição,* ***a competência*** *para o processo e julgamento da ação promovida* ***pela quase*** *totalidade dos magistrados estaduais.*
>
> *–* ***Eventual*** *recurso de apelação* ***a ser interposto*** *contra a decisão do magistrado* ***de primeiro*** *grau –* ***que é*** *o órgão judiciário competente para apreciar a causa –,* ***deslocar-se-á****, 'per saltum', para o Supremo Tribunal Federal,* ***desde*** *que se evidencie a ocorrência de impedimento/suspeição* ***de mais*** *da metade dos Desembargadores componentes do Tribunal de Justiça do Estado.* ***Precedentes: AO nº 263-SC*** *(Questão de Ordem), Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE –* ***AO nº 378-SC****, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA,* ***v.g.****"*
>
> (**RTJ 164/840**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Não obstante o precedente invocado na inicial desta reclamação (**AO 1.569-QO/DF**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, sessão de 24/06/2010), **devo assinalar**, *por relevante*, **que o Plenário** do Supremo Tribunal Federal, *em momento posterior*, **em 01/08/2011**, *veio a reafirmar* a jurisprudência desta Corte *acima referida*, **desautorizadora** da pretensão reclamatória ora em exame, **como resulta claro** de julgamento consubstanciado em acórdão assim ementado:

> *"****RECLAMAÇÃO*** *–* ***INADMISSIBILIDADE*** *– FUNÇÃO CONSTITUCIONAL DO INSTRUMENTO RECLAMATÓRIO (****RTJ*** *134/1033 –* ***RTJ*** *166/785) –* ***AUSÊNCIA*** *DOS PRESSUPOSTOS* ***QUE AUTORIZAM*** *A SUA UTILIZAÇÃO –* ***REQUISITOS LEGITIMADORES*** *DA INCIDÊNCIA DO*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 5941337.

> *ART. 102, I, '**n**', DA CONSTITUIÇÃO – **INOCORRÊNCIA** – **INVIABILIDADE** DA ARGÜIÇÃO, EM CARÁTER GENÉRICO, DO IMPEDIMENTO E/OU SUSPEIÇÃO DE TODOS OS DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – **PRESSUPOSTOS INERENTES** AO IMPEDIMENTO E/OU À SUSPEIÇÃO **DEVEM** SER APRECIADOS, EM PRINCÍPIO, PELO TRIBUNAL COMPETENTE PARA O JULGAMENTO DA CAUSA – **PRECEDENTES** – **LITÍGIO** QUE, ADEMAIS, **NÃO CONCERNE** A INTERESSE ESPECÍFICO E EXCLUSIVO DA MAGISTRATURA – **EXISTÊNCIA**, NA ESPÉCIE, DE CONTROVÉRSIA **QUE ENVOLVE** VANTAGENS E DIREITOS **COMUNS** À PRÓPRIA MAGISTRATURA **E** AO MINISTÉRIO PÚBLICO – **COMUNHÃO DE INTERESSES** CUJA EXISTÊNCIA **EXCLUI** A APLICABILIDADE DA REGRA DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA ESPECIAL (CF, ART. 102, I, 'n') – **PRECEDENTES** – CONSEQÜENTE INEXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO CARACTERIZADORA DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – DECISÃO **QUE NEGA SEGUIMENTO** AO PROCESSO DE RECLAMAÇÃO – IMPUGNAÇÃO RECURSAL – **RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO**."*
>
> (**Rcl 2.136-AgR/BA**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Isso significa que, **se** os interesses, direitos **ou** vantagens constituírem situações **comuns** *a outras categorias funcionais* – **como sucede**, *p. ex.*, **tratando-se** *de ajuda de custo para transporte e mudança de agente público*, **com os membros** *do Ministério Público da União* (**Lei Complementar** nº 75/93, art. 227, I, "**a**" **e** "**b**"), **com os membros** *da Defensoria Pública da União* (Lei Complementar nº 80/94, art. 39, § 2º, **na redação** dada pela Lei Complementar nº 98/99), **com os membros** *da Advocacia-Geral da União* (Lei Complementar nº 73/93, art. 26), **com os servidores públicos civis** da União (Lei nº 8.112/90, art. 53), **com os militares** *das Forças Armadas* (Medida Provisória nº 2.215-10/2001, art. 2º) –, **descaracterizar-se-á**, *em função desse estado de comunhão jurídica*, **a própria** "*ratio essendi*" **justificadora** da especial competência originária do

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 5941337.

Supremo Tribunal Federal **instituída** pela Constituição da República.

Impende assinalar, *ainda*, **que o eventual reconhecimento** da competência originária do Supremo Tribunal Federal, **com fundamento** no art. 102, I, "**n**", da Constituição da República, para processar e julgar causas cujo objeto envolva **vantagens comuns** *tanto a magistrados como a agentes públicos em geral*, **culminaria por transformar** esta Corte **em verdadeiro** "*forum attractionis*" **de múltiplas demandas** que, *na realidade*, **poderiam** (**e deveriam**) ser resolvidas pelas instâncias judiciárias de primeiro grau, *inclusive*, **a depender** do valor da causa, **pelos próprios** Juizados Especiais Cíveis, *como no caso*.

Cabe observar, *finalmente*, que esse entendimento **vem sendo observado** em **sucessivos** julgamentos, **proferidos** no âmbito do Supremo Tribunal Federal, **a propósito** de questão virtualmente **idêntica** à que ora se examina **nesta** sede recursal (**Rcl 1.097-AgR-segundo/PE**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – **Rcl 16.065-AgR/PR**, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI – **Rcl 16.169-AgR/CE**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – **Rcl 16.815-MC/MT**, Rel. Min. ROBERTO BARROSO – **Rcl 16.971/MT**, Rel. Min. ROSA WEBER – **Rcl 17.015/RS**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – **Rcl 17.017/CE**, Rel. Min. LUIZ FUX, *v.g.*):

> "***COMPETÊNCIA***. ***CAUSA DE INTERESSE DA MAGISTRATURA***.
>
> ***A letra 'n' do inciso I do art. 102 da Constituição Federal, ao firmar a competência originária do STF*** *para a causa,* ***só se aplica*** *quando a matéria versada na demanda diz respeito* ***a privativo interesse*** *da magistratura enquanto tal* ***e não também quando interessa*** *a outros servidores. Precedentes.*
>
> *Agravo improvido.*"
>
> (**Rcl 1.952-AgR/MA**, Rel. Min. ELLEN GRACIE – **grifei**)

> "*1.* ***Não fixa competência originária do STF*** *a propositura de ação com peculiaridades que dizem respeito a* ***número restrito de***

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 5941337.

> ***magistrados*** *alegadamente interessados na solução da causa* ***ou*** *que veicula pretensão passível de ser repetida por outras carreiras do serviço público.*
>
> *2.* ***Agravo regimental a que se nega provimento****.*"
>
> (**Rcl 16.597-AgR/CE**, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI – **grifei**)

Sendo assim, *em face das razões expostas* **e considerando**, *sobretudo,* **os diversos precedentes** desta Corte sobre causas em cujo âmbito se discutiram *situações de vantagens comuns* à magistratura **e** a agentes públicos em geral, **nego seguimento** à presente reclamação, **restando prejudicado**, *em consequência*, **o exame** do pedido de medida cautelar.

Arquivem-se os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 22 de maio de 2014.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 5941337.